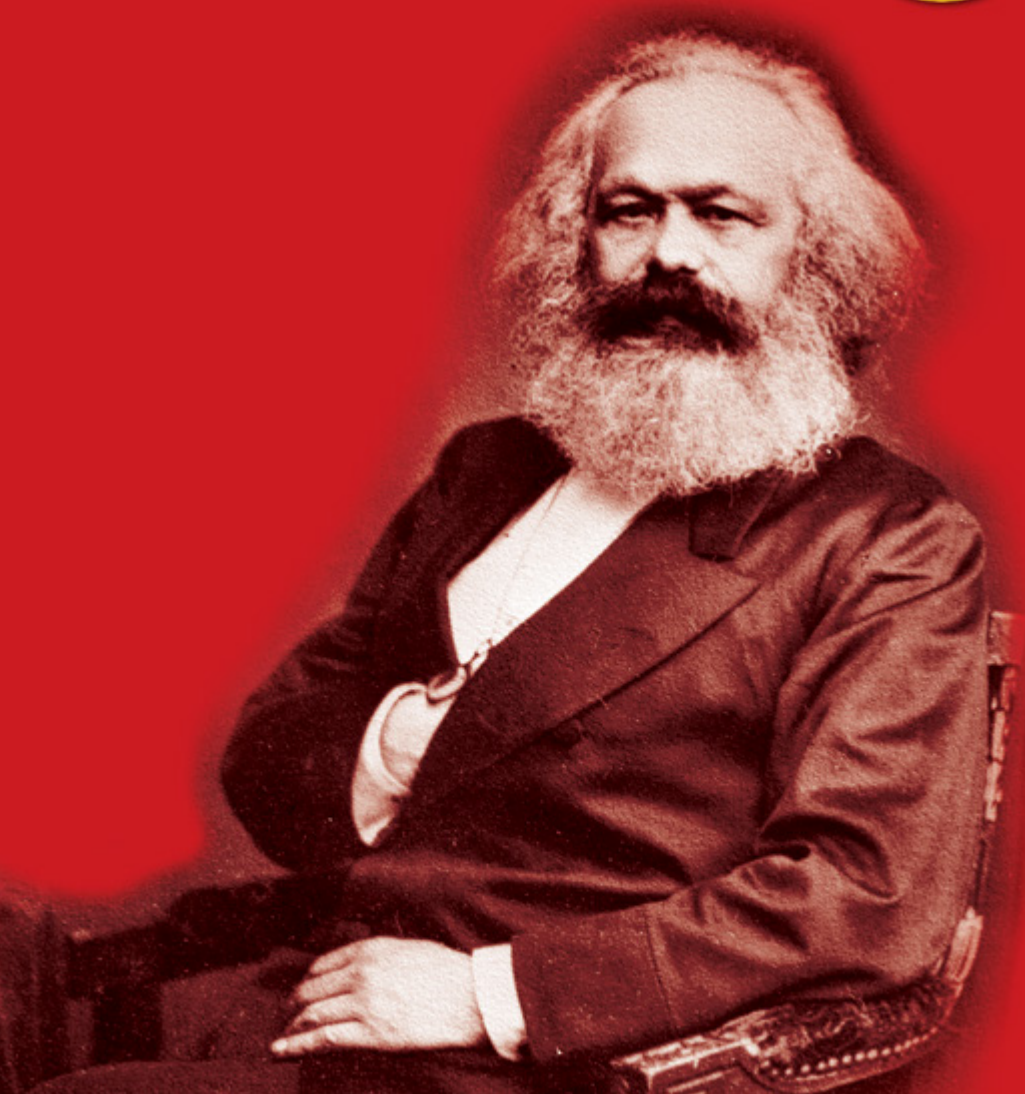


MOVIMENTO MARXISTA 5 DE MAIO - MM5

**PROGRAMA MARXISTA
DA REVOLUÇÃO
BRASILEIRA**



Movimento Marxista 5 de Maio



Programa Marxista da Revolução Brasileira

Belo Horizonte • 2022
4ª edição

“A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ OBRA DOS
PRÓPRIOS TRABALHADORES”

Sumário

Prefácio à 4ª Edição _____	9
Apresentação _____	12
Introdução _____	14
I. Uma teoria geral da luta pelo comunismo _____	15
II. Fixação das metas históricas e políticas como objetivos e parâmetros da prática cotidiana _____	29
III. Fatores objetivos e subjetivos da revolução: a estratégia socialista _____	31
A) FATORES OBJETIVOS _____	31
B) FATORES SUBJETIVOS _____	38



Prefácio à 4ª Edição

A primeira edição deste Programa, agora adotado pelo **MOVIMENTO MARXISTA 5 DE MAIO-MM5** enquanto organização política leninista, marcou, em 2001, a criação da *Organização Marxista Proletária-OMP*, fixando o conjunto dos fatores constitutivos dos caminhos da revolução proletária no Brasil, tomado o marxismo em toda a sua ortodoxia como farol e referência inarredável da prática revolucionária que a organização se comprometia, e se compromete, a desenvolver. Desde então, toda uma trajetória de ampliação e amadurecimento teórico-político do **MM5** levou a que este – a princípio um movimento de ampliação da *OMP* – viesse a se constituir no que concretamente é hoje: uma organização revolucionária de vanguarda e, enquanto tal, alicerçada no marxismo leninismo. Enquanto marxistas leninistas, pois, nos coube estabelecer de início dois princípios fundamentais da nossa existência e da nossa luta: a natureza capitalista da formação social brasileira (com o conseqüente caráter socialista da revolução no país) e a consideração de que a viabilidade histórica desta revolução depende de ser o proletariado, com sua vanguarda leninista à frente, o agente histórico dessa ruptura revolucionária.

Estes dois princípios, os mantemos e manteremos. Quanto à natureza da nossa formação social, nada obviamente se modificou desde então, senão o aprofundamento dos elementos tipificadores do capitalismo no Brasil. E mesmo que especulações e manobras academicistas da grande burguesia e pequena burguesia insistam na mentira de que o proletariado teria perdido protagonismo histórico, chegando mesmo ao limite do manobristo ao alardear que a história teria acabado, mantemos firmemente, mais firmemente que nunca, a convicção teórica, política e ideológica de que a revolução do nosso tempo – a revolução socialista como caminho para o comunismo – é a revolução feita por este proletariado dirigido por uma vanguarda leninista.

Mas em relação aos fatores subjetivos da revolução (os partidos e organi-



zações de esquerda e suas linhas políticas programáticas, estratégias e táticas), tivemos e temos formulações a mudar. Não por motivo de alguma transformação qualitativa no interior destes fatores – que permanecem os mesmos –, mas em razão do aprofundamento do nosso conhecimento teórico e prático em relação à teoria e prática de tais agrupamentos e à ação revolucionária em geral.

Em 2006, diante do nosso acúmulo de conhecimento sobre teoria e da prática do trotskismo, decidimos fixar no nosso Programa a deliberação de que somos antitrotskistas, e não mais somente “não trotskistas” como expressava a primeira edição. Com isso, assumimos o compromisso do combate político-ideológico ao trotskismo, que passa a ser por nós considerado instrumento de infiltração da política e da ideologia pequeno-burguesas no seio do proletariado. Na presente edição, aprofundamos os termos deste combate, o que resultou na decisão de igualar trotskismo e reformismo enquanto campos políticos com os quais este Programa nos proíbe de fazer alianças políticas, ressalvada a possibilidade de se concretizarem alianças eventuais com organizações de tal campo apenas nas frentes concretas de luta.

É necessário destacar aqui dois pontos do avanço teórico-político obtido pelo MM5 desde a edição de 2006 do nosso Programa e devidamente registrados na edição atual. O primeiro deles é a identificação – e a consequente crítica veemente ao mesmo – do gramscianismo como neorreformismo, uma forma atualizada do reformismo clássico. Navegando nas águas plácidas do pós-modernismo, o gramscianismo defende uma teoria histórica estapafúrdia, antimaterialista e, assim, antimarxista, de que o capitalismo iria encontrar, por si mesmo, o próprio fim, algo como o auto esgotamento catastrófico da capacidade de o sistema produzir mais-valia, especulação que sustenta também os delírios trotskistas. Na esteira de tal mecanicismo idealista, frontalmente antagônico à teoria marxista das crises cíclicas capitalistas e suas contratendências, o gramscianismo vai propor sua tal estratégia de “hegemonia”, segundo a qual o que o proletariado tem a fazer é conquistar gradual e progressivamente trincheiras ideológicas e culturais para, depois e facilmente, tomar o poder político. A partir da mesma concepção de um desenrolar histórico, Bernstein propôs a



conquista igualmente gradual e progressiva de objetivos econômicos e políticos.

Revolução como ato histórico? Insurreição? Assalto ao poder político como pré-condição de mudanças qualitativas na economia e na ideologia? Não, nada disso. Isso é para marxistas e leninistas. Para os gramscianos, prioridade para “lutas” identitárias, para a ação deletéria das ONGs, verdadeiros tentáculos imperialistas que, atuando no campo estratégico do reformismo, operam na linha de bloquear e impedir a formação de um proletariado política e organizatoriamente independente e revolucionário no país e no mundo.

O segundo ponto deste nosso avanço, não menos importante, é a declaração formal de que somos uma organização rigorosamente leninista, o que registramos nesta edição do Programa. E explicitamos aqui uma autocrítica em relação ao tratamento conciliador que demos ao trotskismo na edição anterior, chegando mesmo a erguer irrefletidamente, de forma até primária, as especulações idealistas de Trotsky sobre a estratégia da revolução na Rússia (que reduziam o campesinato à mera condição de auxiliar subordinado ao operariado fabril – em um país 80% rural em sua demografia e em sua economia!) ao mesmo nível das formulações estratégicas marxistas, materialistas, de Lênin, pelas quais, como a história fartamente o comprovou, a Revolução Russa somente ocorreria enquanto uma revolução realizada pela frente operário-camponesa, com os dois segmentos de trabalhadores desempenhando papéis táticos e estratégicos da mesma dimensão revolucionária. Um terceiro ponto de avanço a ser registrado neste prefácio é a incorporação ao nosso Programa do princípio do partido único na ditadura do proletariado.

O MM5 não teme a autocrítica. Não somos uma seita.

O MM5 espera que esta nova edição do **Programa Marxista da Revolução Brasileira-PMRB** venha a se constituir em arma ainda mais afiada na luta pela libertação do proletariado brasileiro, pelo socialismo, pelo comunismo.

Venceremos!

Abril/2022



Apresentação

Os comunistas não escondem seus objetivos. A frase é de Marx e Engels e está lá, com todas as letras, no “Manifesto do Partido Comunista”, de 1848. Hoje, mais de século e meio depois, estas palavras assumem uma dimensão para muito além de sua intenção original de separar o comunismo das demais correntes políticas de sua época: mais que uma definição, mais que uma recomendação, tais palavras assumem hoje o significado de uma tarefa absolutamente inadiável na luta pela superação revolucionária do capitalismo. Na luta pela derrubada do poder burguês, pela instalação de uma sociedade socialista na luta histórica rumo ao comunismo.

Esconder um objetivo político é, antes de tudo, relegá-lo à condição de relíquia imprestável à sua utilização concreta nas lutas de classes. Mais grave que isso, esconder o objetivo político comunista significa, na prática, descomprometer-se com o mesmo, abandoná-lo. Significa escancarar portas ao imediatismo e à conciliação de classes: pois é exatamente o objetivo final que vai fornecer bases da luta concreta do proletariado no curto, médio e longo prazos.

E o que se vê hoje, majoritariamente, no campo da esquerda, mesmo daquela esquerda que se reivindica marxista revolucionária?

Não mais que um uso de um ‘marxismo’ diluído, enfraquecido e descharacterizado por uma rasteira mistura de enunciados gerais do marxismo com palavras-de-ordem e objetivos burgueses e pequeno-burgueses, sintetizados na veneração da democracia e das instituições burguesas.

O MOVIMENTO MARXISTA 5 DE MAIO-MM5 tem no marxismo seu marco fundador. E, também e principalmente, o elemento estruturador de toda sua prática política: de sua propaganda, de sua estratégia, de suas táticas e de suas propostas concretas para a organização e para as lutas do proletariado. Nosso objetivo, não o escondemos. Pelo contrário, o explicita-



mos na nossa concepção teórica da luta geral pelo comunismo, na definição dos fatores objetivos e subjetivos da revolução, na fixação de meios e metas históricas e políticas para atingi-los. Como marxistas, estamos decididamente convencidos de que somente uma ruptura revolucionária operada pelo proletariado e sua vanguarda é que pode propiciar a instalação da ditadura do proletariado e do socialismo como passagem para o comunismo.

Como marxistas, estamos firmemente convencidos de que a política da burguesia, que tem seu eixo na democracia e seus derivados (cidadania, parlamento, institucionalidade etc.), serve apenas à burguesia e à pequena burguesia. Aos explorados, serve uma política proletária, que tem na ditadura do proletariado o eixo político articulador de sua teoria e de sua prática. Não nos consideramos donos do marxismo. Ninguém o é. Mas julgamos possuir legitimidade política para impor-nos a tarefa de contribuir para a retomada histórica do marxismo como uma força revolucionária viva, única força capaz de instrumentalizar a concretização do sonho libertário comunista. E convocamos todos os que compartilham deste sonho a discutirem este programa e, aprofundando-o e o enriquecendo na experiência concreta das lutas de classes, a tomá-lo igualmente como norteador da luta revolucionária do proletariado.



Introdução

Uma ação revolucionária só será marxista se partir dos fatores objetivos sobre os quais se desenvolve. É este o eixo metodológico central em torno do qual gira toda a prática comunista proposta por Marx. Falar em ação é falar em agente, é referir-se ao elemento subjetivo da prática revolucionária do nosso tempo: o proletariado e sua vanguarda política. Falar em fatores objetivos é referir-se à concreticidade das lutas de classes e aos terrenos estrutural e conjunturais onde elas se desenvolvem e existem. Por suposto – e à diferença do espontaneísmo, que tanto serve à aventura quanto ao oportunismo –, uma ação revolucionária marxista exige a teoria como arma fundamental e básica do conhecimento e da prática. É daí que surgem a necessidade e o lugar de um programa revolucionário marxista. De um programa que, sustentado na teoria geral da luta pelo comunismo, seja capaz de identificar a natureza e a situação concreta da sociedade que pretende revolucionar, ao mesmo tempo em que define os agentes sócio-políticos desta revolução e o conteúdo político, organizatório e ideológico de sua prática geral. É a partir, pois, do estabelecimento programático dos fatores históricos objetivos e subjetivos da revolução que os revolucionários enfrentarão a tarefa de analisar as conjunturas específicas das lutas de classe para estabelecer metas e tarefas de longo e curto prazos. Um programa revolucionário marxista se consubstancia portanto em três corpos fundamentais:

I - Uma teoria geral da luta pelo comunismo. **II** - Fixação das metas históricas e políticas como objetivos e parâmetros da prática cotidiana. **III** - Definição dos fatores objetivos e subjetivos que condicionam os meios e os instrumentos da luta e, por consequência, as tarefas dos comunistas.



I. Uma teoria geral da luta pelo comunismo

1. Entendemos por teoria um conjunto articulado de leis e princípios capazes de instrumentalizar o conhecimento crítico-científico de determinado objeto. No caso daqueles que lutam pelo advento de uma sociedade comunista, o objeto de conhecimento, ou seja, o objeto que temos que conhecer para cumprir a tarefa histórica que nos propomos, assume duas faces: a formação social capitalista – de onde faremos nascer a sociedade socialista como passagem à sociedade comunista – e, de outro lado, os elementos constitutivos do processo das lutas de classe visto como motor da transformação histórica por que lutamos.

2. Que não se confunda a teoria marxista com as especulações contemplativas do academicismo conservador burguês. A teoria marxista só pode ser considerada em sua singularidade se tomada como equivalente ao par dialético teoria-prática. Mas que fique muito claro: esta prática que integra a teoria marxista não é uma prática qualquer, não é a expressão empírica da espontaneidade das lutas de classe, não é a tristemente famosa “experiência” sempre alegada por aqueles que, por oportunismo ou ignorância, se rendem à consciência espontânea das massas, abdicando da tarefa de levar a consciência revolucionária ao proletariado no próprio fogo das lutas de classes, abdicando assim do marxismo; rendendo-se à dominação ideológica burguesa no seio das massas proletárias.

Não. A prática de que falou Marx é a prática instrumentalizada pela teoria revolucionária e especificamente direcionada para a ruptura revolucionária. No campo da política, uma prática burguesa só pode resultar em mais consciência burguesa; uma prática reformista só dá em mais reformismo.



Somente uma prática revolucionária, ancorada no marxismo, que tome o marxismo como ponto de partida, é que pode oferecer lições e ensinamentos capazes de se agregarem ao próprio arsenal teórico marxista. Foi assim que Marx entendeu e formulou a relação da teoria com a prática, uma relação de complementaridade viva, que ele deu o nome de *práxis*, em que um dos elementos não sobrevive sem o outro, sem que um anteceda ou determine o outro. É só a partir deste entendimento que assume sua verdadeira dimensão o célebre desafio de Marx: “*Os filósofos até agora se limitaram a interpretar o mundo; é preciso transformar o mundo.*” E é também somente a partir deste entendimento que podemos assimilar toda a riqueza do preceito leninista de que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária; do mesmo modo, podemos assegurar que não há teoria revolucionária sem prática revolucionária.

3. Nossa teoria é o marxismo. É sobre os alicerces teóricos do materialismo dialético e do materialismo histórico, construídos por Marx, que produzimos o nosso conhecimento da realidade e formulamos nossas políticas para revolucionar esta realidade. Insistimos em que somos marxistas, e não “marxianos” – configurando esta última expressão não mais que uma apropriação espúria que acadêmicos pequeno-burgueses fazem de citações isoladas de Marx para melhor mascarar seu oportunismo e suas práticas de conciliação de classes.

E a formulação básica central, sintetizadora, do materialismo histórico é a de que a substituição de uma sociedade por outra se dá através da ruptura revolucionária, de uma revolução, o que corresponde no campo do materialismo dialético à lei da transformação da quantidade em qualidade. O contrário desta formulação resulta na tese evolucionista defendida pelo reformismo clássico e pelo gramscianismo – este, mesmo que priorizando supostas conquistas parciais no campo da “cultura”, o que sintetiza no tal conceito de “hegemonia”, incide na mesma tautologia histórica dos reformistas clássicos – de que a transformação histórica ocorreria processualmente, sem um ato histórico de ruptura. Na era histórica atual, em que o socialismo surge como potencialidade de superação do capitalismo, a síntese concreta



desta contradição antagônica se expressa nos seguintes termos: em Marx, a sociedade socialista advirá de uma ruptura revolucionária operada pelo proletariado contra a dominação e o estado burgueses. Para os reformistas, o advento da sociedade socialista decorreria de um processo contínuo de reformas econômicas e políticas e de ganhos culturais-ideológicos, gradual e progressivo, durante o qual burguesia e proletariado conviveriam pacificamente, sem a necessidade de um confronto final e direto pelo poder político. Sem que o proletariado necessitasse de destruir politicamente a burguesia enquanto classe para se erguer enquanto classe dominante e construir seu estado em substituição ao estado burguês. Para o reformismo, é no interior do estado burguês democrático e da sociedade capitalista que o proletariado iria construindo, passo a passo, o socialismo. Para Marx, é preciso, antes, tomar o poder e destruir o estado burguês para, então, se instalarem o estado proletário e as estruturas socioeconômicas básicas da sociedade socialista.

Esta é a grande muralha teórico-programática que separa o marxismo do reformismo. Assim, o marxismo só pode ser entendido enquanto uma proposta antirreformista – e por isso mesmo antigramsciana, como explicitaremos adiante. E, enquanto tal, os marxistas não inscrevemos a conquista institucional do estado burguês e de suas instituições entre nossas metas e nossos objetivos estratégicos. Marx, como que prevendo a ação dos deturpadores de sua teoria, teve o cuidado de explicitar a necessidade de se destruir a democracia, analisada por ele (ver “*Crítica ao Programa de Gotha*”) como a mais eficaz (para os capitalistas) forma da dominação burguesa. Não somos democratas, somos antidemocratas, portanto. Somos comunistas. Pode-se atribuir somente à deturpação ou à incompreensão da obra e da ação de Marx a incorporação a programas e estratégias que se pretendem marxistas de categorias como “democracia socialista”, “democracia popular”, “democracia proletária”, “democracia operária”, “verdadeira democracia” e incongruências afins. Isso sem contar a caricatural formulação de que a democracia seria um “valor universal”, tão a gosto do reformismo aberto e descarado como do neoreformismo gramsciano. Não existem valores universais para



o marxismo – e isso é elementar até mesmo para quem teve um contato apenas inicial com as teses do materialismo histórico e dialético. Já faz mais que um século e meio que Marx escreveu que as classes dominantes sempre querem fazer passar por universais e eternos os valores, ideias e instituições que garantem sua dominação. Ou será por “esperteza” (outro dos nomes do oportunismo) que alguns se ocultam confortavelmente sob o manto protetor da democracia? Ainda Marx: os comunistas não escondem seus objetivos.

Entre estes objetivos está o da instalação da ditadura do proletariado como forma de organização do poder político do proletariado na sociedade socialista. Marx foi enfático quanto a que o que separava e diferenciava de forma inconciliável sua posição política das propostas socialistas anteriores e as do seu tempo era a proposição da ditadura do proletariado. Pode-se – e se deve – dizer que marxismo e ditadura do proletariado são expressões politicamente inseparáveis. Não se pode ser marxista sem defender e propor a ditadura do proletariado, sem lutar pela ditadura do proletariado. Mais: não se pode pretender marxista sem fazer da ditadura do proletariado a meta condicionante da luta pelo socialismo, isto é, meta condicionante de quaisquer estratégias e táticas no desenvolvimento da luta cotidiana. Nenhuma estratégia ou tática marxista poderá, portanto, chocar-se de imediato, no médio ou no longo prazos com o objetivo da instalação da ditadura do proletariado.

Este Programa entende e defende a ditadura do proletariado como a definiu o próprio Marx: o estado do proletariado organizado em classe dominante em uma sociedade socialista de transição ao comunismo. É decisivo enfatizar a inexistência em Marx de qualquer proposta de “transição ao socialismo” – uma invenção estapafúrdia do revisionismo clássico, do trotskismo e do gramscianismo ou, ainda, de interpretações mecanicistas do marxismo –, mas, sim, de transição ao comunismo, como tarefa histórica da ditadura do proletariado. Que se insista novamente: o advento da sociedade comunista só pode ser obra da ditadura do proletariado. Exporemos no próximo item nosso posicionamento quanto à natureza da ditadura do proletariado, ao tratarmos de nossas metas históricas e políticas de longo prazo. Aqui,



cabe ainda uma explicitação das determinações da concepção programática da ditadura do proletariado sobre as formulações estratégicas e táticas que desenvolvemos ainda na fase da luta revolucionária pelo socialismo.

Que se definam, portanto, programa, estratégia e tática. Os dois últimos são termos de origem na “arte” bélica incorporados à bagagem conceitual da luta pelo socialismo para dar conta de metas e ações de longo (estratégia) ou curto (tática) prazos, ou seja, de metas e ações referentes a exigências estruturais ou, então, conjunturais das lutas de classes. Tomamos, então, como programáticas nossas considerações e propostas acerca da estrutura da formação social em que diretamente atuamos. Assim, no caso concreto da revolução socialista no Brasil, temos por programática a consideração do caráter já socialista da revolução, dada a natureza capitalista da formação social brasileira enquanto elo da cadeia imperialista mundial. Para nós é programático o papel do proletariado urbano e rural (trabalhadores assalariados) como força motriz e da revolução socialista. São também exigências estratégicas, ou seja, indispensáveis estruturalmente, a formação de um proletariado – ou de parte significativa deste proletariado – política, ideológica e organizatoriamente independente da burguesia e, exigência fundamental, a construção de um partido revolucionário do proletariado, como sua vanguarda teórica, política e ideológica deste proletariado. Assim como é estratégica a derrubada insurrecional do poder burguês como pressuposto da destruição do estado burguês e do erguimento do estado proletário. Tomamos a insurreição proletária, pois, como **marco estratégico**. De um modo geral, portanto, a estratégia é o conjunto de considerações e metas formuladas e fixadas pela vanguarda comunista (seja esta ainda uma organização ou já um partido revolucionário – necessariamente leninistas) referentes à concreticidade estrutural das lutas de classe em determinado tempo e espaço. A estratégia, assim, contempla fatores subjetivos da luta revolucionária, materializando e hierarquizando para a vanguarda as tarefas revolucionárias parametrizadas pelo programa revolucionário. A tática, por sua vez, se refere a ações e metas e tarefas imediatas fixadas pela vanguarda a partir da estratégia adotada.



4. Mais importante, porém, que aprofundarmos aqui nestas considerações introdutórias de método os conteúdos específicos de nosso programa e da nossa estratégia (o que faremos adiante) e de nossas proposições táticas (o que fazemos no dia a dia da militância através de outros instrumentos que não o Programa) é deixar absolutamente claras as relações de determinação entre programa, estratégia e tática. Não fazer isso é escancarar portas ao oportunismo, ao imediatismo, à conciliação de classes. Um programa revolucionário marxista exige estratégias revolucionárias, que, por sua vez, exigem táticas revolucionárias. Táticas revolucionárias são posicionamentos materializadores na militância concreta, cotidiana, de uma estratégia revolucionária fixada enquanto objetivo a ser atingido na luta geral pela instalação de uma sociedade socialista de transição ao comunismo. Uma prática política, portanto, só será revolucionária se as ações concretas desta prática estão determinadas pelos objetivos estratégicos e programáticos e a serviço destes, nunca em contradição com os mesmos.

Identifica-se o conteúdo reformista e conciliador de uma ação política que se pretende socialista se tal ação sacrifica os objetivos estratégicos a ganhos (necessariamente ilusórios) imediatamente contraditórios frente àqueles objetivos. Concretamente: não será revolucionária qualquer ação política que não contribua para a formação de um proletariado ideológica, política e organizatoriamente independente da burguesia e oposto a esta. Este é o parâmetro estratégico de nossas ações táticas. A partir dele é que definimos o conteúdo geral de nossa política de intervenção nas instituições da democracia. Só fará sentido – sentido revolucionário, evidentemente – atuarmos no Executivo e/ou no Legislativo burgueses se esta atuação resultar em ganhos concretos na organização e consciência independentes do proletariado. Uma política burguesa vai ao parlamento para atrair o proletariado para a institucionalidade burguesa, isto é, organizar os trabalhadores politicamente enquanto burgueses. Uma política proletária, pelo contrário, vai ao parlamento democrático da burguesia para de lá retirar politicamente o proletariado. Isto significa que uma política proletária nas instituições democráticas da burguesia – quer nas



campanhas por cargos, quer no exercício de cargos – só será digna deste nome se tais campanhas ou mandatos possibilitarem e favorecerem ações concretas de conscientização e organização independentes do proletariado, isto é, fora da institucionalidade burguesa e contra esta institucionalidade. Os reformistas e os socialistas democratas são, na prática, usados pela burguesia e suas instituições; algumas vezes por ingenuidade e ignorância; outras – muitas outras – pelo oportunismo eleitoreiro que lhes rendem as migalhas de poder e status que caem das mesas do banquete democrático da burguesia.

5. Este Programa considera teórica e politicamente impróprias as iniciativas de se agregarem ao marxismo denominações e/ou adjetivos que supostamente acrescentariam atualidade às teses e propostas de Marx/Engels e Lênin, no corpo das quais consideramos já presentes todos os elementos teórico-programáticos necessários e suficientes à nossa ação revolucionária. Ser marxista e leninista para nós significa sustentar a prática revolucionária no corpo teórico do materialismo histórico e nas teses e propostas específicas formuladas por Marx/Engels e Lênin no interior daquele próprio corpo teórico. Apenas às seitas convém o apego cego a nomes e personalidades. É neste sentido que somos e nos declaramos enfaticamente leninistas, dada principalmente a formulação decisiva por Vladimir Lênin da teoria do partido político revolucionário, profissional e centralizado. É em Lênin, pois, que encontramos a forma mais concreta e explícita do conceito marxista de *práxis* revolucionária, dado que, como prova a história, a existência de um partido revolucionário do proletariado nos termos em que propôs e construiu Lênin é absolutamente essencial à tomada do poder por este proletariado e à edificação do socialismo. Preferimos o uso da expressão marxismo leninismo à palavra “marxismo-leninismo”, principalmente em razão do uso abusivo e religioso do termo “marxismo-leninismo” pelo reformismo como recurso de convalidação de suas teses antimarxistas e antileninistas, o que na realidade acaba por obstaculizar a especificidade do significado de marxismo e de leninismo.

Estamos firmemente convencidos de que é somente uma postura des-



vinculada do espírito de seita que nos pode proporcionar condições de criticar – incorporando-as ou as rejeitando – as intervenções prático-teóricas daqueles nomes que se ergueram historicamente na luta do proletariado mundial pelo socialismo. Não nos consideramos donos do marxismo: a própria lógica dialético-materialista do marxismo não permite uma apropriação do mesmo que não contemple a necessidade de considerá-lo um sistema de ideias e propostas estruturalmente aberto à crítica no tempo e no espaço, aberto a experiências e reflexões enriquecedoras por quaisquer agrupamentos, organizações ou partidos em níveis nacional e internacional. Na explicitação de itens deste Programa abordaremos adiante temas do arsenal teórico-propositivo de correntes que se pretendem atualizadoras e/ou qualificadoras do marxismo. Aqui nos limitamos a uma abordagem geral do marxismo e do leninismo.

No que há de estatura teórica que poderia ombrear-se às reflexões de Marx são em geral nomeadas duas proposições: a que se refere à emergência do imperialismo como modo de existência do capitalismo monopolista financeiro e a que concerne à proposta da exigência de um partido de vanguarda do proletariado como fator indispensável à revolução socialista.

Quanto à primeira questão, cabe destacar não ter sido da lavra de Lênin a identificação da superação histórica do capitalismo liberal de livre concorrência pelo capitalismo monopolista hegemônico pelo capital financeiro – tal identificação inicial, como se sabe, a fizeram o inglês Hobson e o alemão Hilferding. O próprio Lênin, em seu livro famoso, é o primeiro a enfatizar isso. A particularidade da contribuição de Lênin no tema foi a afirmação – contrária à interpretação conciliatória e reformista de Kautsky – de que a nova forma da exploração capitalista hegemônica em nível mundial não extingue a concorrência entre os monopólios e, muito menos, as contradições entre os estados burgueses. Pelo contrário, conceituou Lênin, na medida em que o Estado burguês assume politicamente o papel de reprodutor estratégico do capital – papel este desempenhado na fase liberal anterior pela “mão invisível” do mercado –, a tendência estrutural é o acirramento dos conflitos entre os estados-nações capitalistas. A história, não é preciso dizer, confir-



mou fartamente a formulação de Lênin. Mais tarde, nos anos 30, o marxista alemão August Thalheimer sintetizaria as relações interburguesas (nacionais e internacionais) no conceito de ‘cooperação antagônica’, em que as facções burguesas mantêm uma cooperação no combate e na exploração ao proletariado sem perder, contudo, o antagonismo gerado pela disputa de mercados.

É importante – muito importante – notar que quando Lênin nomeia o imperialismo como “última” (“derradeira” ou “superior”, conforme as várias traduções do russo) fase do capitalismo, ele não disse, sugeriu ou sequer insinuou que a partir de então (o livro é de 1916) o capitalismo estaria ingressando em uma crise histórica sem volta, na “agonia mortal” (expressão que dá título ao “Programa de Transição” elaborado por Trotsky) ou em decadência permanente; ou em um processo histórico irreversível de crise de reprodutibilidade econômica, política e ideológica que, daí por diante, colocasse a revolução socialista sempre e cotidianamente ao alcance da mão da vanguarda (ou da “direção”, como quer o trotskismo), independentemente da conjuntura das lutas de classe, a depender apenas da capacidade-vontade-disposição ideológica desta vanguarda. Nem deu a entender Lênin que daí para todos os séculos em diante todo atraso, fracasso ou derrota do proletariado devesse ser atribuída a crises destas “direções”. Não. Lênin certamente tinha em mente as formulações de Marx em “O Capital” a respeito das contratendências à queda da taxa de lucro, a respeito da capacidade de recuperação econômica e política do capitalismo frente às crises do sistema através da intensificação direta e indireta da exploração sobre o proletariado. Certamente Lênin não perdera de vista as formulações do materialismo histórico, marxista, em torno da natureza dialética das transformações históricas em que não cabem hipóteses mecanicistas excludentes da concreticidade das lutas de classes.

Lênin também estava ciente – em Marx – de que o antagonismo entre relações de produção e forças produtivas, enquanto tempo histórico das revoluções, tem que ser considerado enquanto tal, isto é, como um espaço histórico que por definição comporta conjunturas políticas nacionais e internacionais de avanço e recuo, vitória e derrota, do movimento revolucionário.



rio, a depender da concreticidade do motor da história: a luta de classes. E Lênin por certo tinha igualmente claro não ser a vanguarda do proletariado – ou sua direção, o que aqui dá no mesmo – o único fator a determinar a disposição, a consciência e a organização deste proletariado. Lênin por certo levava em conta – ainda a partir de Marx – a ocorrência simultânea de fatores objetivos (crise da dominação burguesa, de fundo econômico) e subjetivos (iniciativa do proletariado, com a indispensável ação de sua vanguarda, da sua direção, do seu partido) para a concretização de uma revolução.

E aqui abordamos a segunda, e qualitativamente decisiva, contribuição de Lênin: a que diz respeito à necessidade do partido revolucionário como fator subjetivo da revolução socialista. Tomamos como desnecessárias maiores considerações sobre o papel do partido de vanguarda, amplamente explicitado por Lênin no seu “Que Fazer?” (cujo conceito central é o de que a luta espontânea do proletariado não resulta mecanicamente em ideologia, consciência e organização revolucionárias deste proletariado), e cujos fundamentos teóricos gerais estavam plantados por Marx em meados do século anterior no próprio “Manifesto”, “Carta do Comitê Central à Liga dos Comunistas” e, mais especificamente, nos textos posteriores à experiência da Comuna de Paris, como “A Guerra Civil na França” e, mais adiante, na “Crítica ao Programa de Gotha”. Não será ocioso enfatizar que, em Lênin, ninguém está autorizado a arvorar-se em “partido revolucionário do proletariado” somente por, hipoteticamente, trazer na cabeça ou no bolso uma teoria da revolução. Um partido supõe a capacidade de mobilizar o proletariado ou parcelas significativas do mesmo em torno de palavras-de ordem de conteúdo revolucionário aberto ou implícito – obviamente adequadas à conjuntura; isto, por sua vez, supõe um enraizamento sólido e sustentado deste partido no interior do proletariado. Sem tais pressupostos, pode-se, isso sim, falar em vanguardismo, autoproclamação, sectarismo e messianismo – jamais em partido de vanguarda do proletariado.

6. É questão de princípio deste Programa não nos amarrarmos a quaisquer correntes ou campos políticos que se constituíram em torno de comba-



tentes históricos da luta do proletariado pós-Marx e Lênin. Ao nos declararmos **antitrotskistas** (ver explicitação logo adiante), o fazemos em razão de o trotskismo concretizar uma concepção histórica mecanicista-idealista e uma política programática antimarxista e antileninista, como fica claro em seu texto fundador “Programa de Transição” e nas teses de “revolução permanente” e “agonia final do capitalismo”, ambas de inspiração claramente hegeliana e inspiradora de proposições de direita tão toscas como a alegação absurda do “fim da história”, do pensador direitista norte-americano Francis Fukuyama (ver explicitação logo a seguir). Já uma análise baseada no mesmo método materialista marxista em relação a Josef Stálin – continuador de Lênin na construção do socialismo na União Soviética e do socialismo na Europa Oriental – desautoriza a utilização do termo antiestalinista para configurar um posicionamento a partir do método materialista histórico de análise, mesmo diante de erros cometidos por Stálin na luta concreta de classe, mas que não implicaram rupturas de concepção histórica, programática e organizatória com o marxismo e com o leninismo. Não somos, por tanto, antiestalinistas. A revolução no Brasil e no mundo não pode descartar o esforço de travar a luta ideológica aberta e fraterna com quaisquer correntes que tenham o comunismo seriamente em seus programas. Não nos recusamos a atuar nas lutas reivindicatórias imediatas do proletariado em frente com outras organizações, mantidos evidentemente, em quaisquer circunstâncias, os compromissos programáticos, estratégicos e táticos que fazemos presentes neste Programa.

Nossa crítica, qualitativamente diferenciada, ao trotskismo se fundamenta no fato de o vanguardismo messiânico tipificador do trotskismo constituir um grave desvio de método, desvio este originado de uma concepção idealista, antimarxista, antimaterialista, da história. Tal vanguardismo, não o atribuímos – como o fazem os socialdemocratas burgueses e pequeno-burgueses – a uma mera e simples imaturidade histórica das correntes trotskistas. Consideramos estar nas próprias formulações originais de Trotsky a base de toda uma concepção geral das lutas de classe e da própria revolução do nosso tempo, que, contrariando postulados essenciais do



marxismo e do leninismo, conduz a uma visão prática de desconsideração da concreticidade estrutural e conjuntural das lutas de classe, o que resulta em atribuir à vanguarda um papel de ente todo-poderoso e salvacionista – daí o vanguardismo messiânico do trotskismo. É em razão destas considerações de método fundamentais que reafirmamos nossa declaração formal anterior de que somos antitrotskistas. Vamos a estas formulações.

A primeira e mais importante delas é a suposição trotskista, condutora de toda a estratégia do trotskismo, de que a contradição histórica prevista por Marx entre as forças produtivas e as relações de produção teria entrado em um quadro de resolução final e imediata, sem retorno, em nível mundial; ou seja, o capitalismo já estaria irremediavelmente falido, sem condições presentes ou futuras de reprodutibilidade, de gerar lucros, de produzir a mais-valia compatível com o nível geral de investimentos do capital. Esta é a concepção geral, organizadora enquanto método, de todo o “Programa de Transição”, redigido por Trotsky em 1938; não por acaso, o título original daquele programa, fundador da IV Internacional, é “*A Agonia Mortal do Capitalismo e as Tarefas da IV Internacional*” (grifo nosso). Ora, ao analisar, no “O Capital”, a natureza das crises capitalistas – e especificamente ao identificar as contratendências à queda da taxa de lucro e a capacidade de o capitalismo se reconstruir periodicamente através da destruição de suas próprias forças produtivas e da ampliação da exploração –, Marx desautoriza clara e absolutamente tal pressuposto de uma crise mortal e final do capitalismo. E tal credence irmana trotskismo e reformismo.

E já que teríamos entrado numa conjuntura de crise final ou “agonia mortal” do capitalismo – prossigamos com Trotsky –, desde então (1938) para diante não teria mais sentido em falar de crise cíclica do sistema e, por extensão, não mais caberia usar sequer o conceito de **conjuntura revolucionária**. Marx é também explícita e claramente contrário a tais suposições, o que pode ser constatado no resumo que faz de sua teoria das transformações históricas – o materialismo histórico – no “Prefácio à Introdução à Crítica da Economia Política”, onde não deixa nenhuma margem a que



se confunda potencialidade histórica com fatalismo. Prossigamos na lógica da “agonia mortal”: se não ocorre uma revolução permanente em todo o mundo, a culpa será da vanguarda ou da direção; se a questão da crise do capitalismo já está resolvida, só resta uma crise a ser solucionada: a crise de direção. Tal raciocínio tem de fato uma ‘lógica’, mas uma lógica puramente formal, idealista; carece da necessária lógica-dialética material que sustenta todo o pensamento marxista. Mas é aquela lógica idealista, descolada da concreticidade material da dinâmica real do capitalismo, que vai informar toda uma metodologia de sustentação do voluntarismo que tem caracterizado o trotskismo. E, desgraçadamente, toda esta ilusão mecanicista-idealista-voluntarista vai permitir a variadas correntes trotskistas a adesão a palavras de ordem burguesas (como democracia e constituinte), já que no quadro da agonia mortal e final do sistema qualquer reivindicação política das massas estaria objetivamente inscrita numa estranha (ao marxismo) espécie de dinâmica objetiva e irreversível da revolução.

E se sempre a revolução estaria concretamente na ordem-do-dia, ao alcance da mão da vanguarda ou da ‘direção’, qualquer divergência será consequentemente contrarrevolucionária ou, no jargão muito usado, traidora. Daí o rosário de rachas permanentes no campo trotskista. E daí, também, o esforço tão desesperado quanto tristemente infrutífero de organizações trotskistas de quererem unificar lutas isoladas do proletariado pelo mundo afora, o que melancolicamente só acaba ocorrendo no papel ou na cabeça de sua militância. É igualmente desta mesma lógica idealista, não material e não marxista, que se multiplicam iniciativas “internacionalistas” sempre frustradas de se criar um partido revolucionário mundial em qualquer conjuntura; conjuntura, aliás, é um conceito que na prática não existe para o trotskismo.

Também a proposta da “Revolução Permanente” só se sustentaria no interior de uma lógica idealista, de uma concepção não dialética da história, no caso, do desenvolvimento capitalista. Em sua concepção inicial, enquanto “Revolução Permanente na Rússia”, Trotsky defendia, desde 1904, uma estratégia para a revolução na Rússia centrada em um ponto fundamental: a



instalação de uma “ditadura do proletariado que se apoia no campesinato”, contra a proposta de Lênin de uma “ditadura do proletariado e do campesinato”. Mas o equívoco que transformou a estratégia da “revolução permanente na Rússia” na “revolução permanente no mundo” está naquele erro de princípio de considerar o capitalismo mundial em agonia mortal, numa transposição da agonia mortal – esta real e concreta – do czarismo na Rússia pré-revolucionária. Quando Marx, em 1850, quase trinta anos antes de Trotsky nascer, fala em desenvolver uma estratégia de revolução permanente para o proletariado europeu a partir dos escombros das derrotas de 1848-49, ele estava falando de uma situação histórico-estrutural em que o proletariado deveria entrar no combate político em defesa de seus interesses próprios e antagônicos aos da burguesia e da pequena burguesia. Marx conclamava o proletariado a se assumir enquanto sujeito histórico. Mas Marx jamais propôs, nem naquele texto especificamente (“Carta do Comitê Central à Liga dos Comunistas”), nem em outro qualquer, nada sequer parecido com uma estratégia de assalto permanente e imediato do proletariado ao poder. O que Marx fez, então, foi recomendar uma linha de ações de acumulação de forças (políticas, ideológicas e organizatórias) que possibilitasse ao proletariado assaltar o poder no momento conjuntural adequado – em outra conjuntura, portanto. É muito importante ressaltar aqui que Marx insiste na necessidade vital à própria formação deste proletariado, enquanto classe independente, de este proletariado não adotar as bandeiras democráticas da pequena burguesia, bandeiras hoje tão a gosto de organizações trotskistas sob o pretexto de exercício “tático”; algumas destas organizações chegam mesmo a incorporar a palavra “democracia” às suas denominações.

A questão do caráter nacional ou mundial da revolução socialista será abordada neste Programa ao discutirmos adiante os fatores objetivos da revolução.



II. Fixação das metas históricas e políticas como objetivos e parâmetros da prática cotidiana

1. É a especificidade histórica da revolução socialista que instala a teoria como arma indispensável à sua própria viabilidade. À diferença dos processos históricos revolucionários que a precederam, a revolução socialista se coloca a tarefa de não apenas substituir uma classe por outra no poder, mas sim de exterminar as bases sociais – a propriedade privada dos meios de produção e a divisão social do trabalho – da exploração e da própria existência das classes sociais. É também por isso que não se pode dissociar socialismo de comunismo em Marx, visto o socialismo como uma fase de revolucionamento da sociedade herdada do capitalismo em direção à meta final da sociedade sem classes, em direção ao comunismo. O proletariado exerce o poder no socialismo para instalar o comunismo. E onde entra a necessidade de uma teoria revolucionária?

Esta especificidade da revolução socialista implica o estabelecimento de uma meta futura, de natureza necessariamente abstrata – partindo obviamente, como se sabe, da base material das forças produtivas e das relações de produção instaladas e desenvolvidas pelo próprio capitalismo. Tal meta – uma sociedade comunista, condicionante das estratégias e táticas já da luta pela sociedade socialista – exige ser pensada, e só pode ser pensada, em termos abstratos, teóricos portanto, enquanto um futuro a ser construído a partir da concreticidade do presente. Quando a burguesia tomou o poder político à nobreza feudal, ela já tinha em mãos as forças produtivas da sociedade capitalista nascente. Tratava-se apenas – o que não foi pouco, sabemos – de institucionalizar relações de produção já emergentes, retirando entulhos e entraves jurídico-políticos ao funcionamento do capitalismo.



2. Já o proletariado terá que tomar antes o poder político para instalar novas relações de produção e desenvolver forças produtivas específicas e diretamente direcionadas à criação da sociedade comunista. O proletariado terá que instalar uma sociedade socialista historicamente revolucionária, qualitativamente diferente e oposta à sociedade capitalista. Uma sociedade socialista instalada por um ato histórico revolucionário insurrecional, não um processo como supõem o reformismo clássico e o neorreformismo gramsciano. Uma nova formação sociopolítica cujos pilares estruturantes são o poder proletário direto – a que Marx conceituou como ditadura do proletariado – e a estatização da grande propriedade burguesa. A extinção da pequena propriedade e a extinção da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual constituem tarefas sócio-históricas primordiais da nova sociedade, tarefas estas, agora sim, a serem cumpridas processualmente. O proletariado, portanto, terá que instalar uma sociedade nova, uma sociedade que – mesmo sendo herdeira histórica da sociedade anterior – só existe antes da tomada do poder enquanto um projeto futuro, a partir de bases concretas presentes, mas futuro; um projeto que só existe no coração e na mente deste proletariado revolucionário. Por isso, este proletariado precisa conhecer o passado, o presente e o futuro. E só a teoria revolucionária pode propiciar este conhecimento. Os marxistas não queremos melhorar este mundo. Queremos criar outro mundo. Não queremos melhorar a sociedade capitalista. Queremos destruí-la e, no lugar dela, instalar uma sociedade socialista que conduza ao reino da liberdade: à sociedade comunista.



III. Fatores objetivos e subjetivos da revolução: a estratégia socialista

A) FATORES OBJETIVOS

1. À diferença dos sistemas socioeconômicos que o precederam, o capitalismo é um sistema mundial. Certamente não foi por preciosismo acadêmico que Marx e Engels dedicaram toda a primeira parte do “Manifesto” para explicitar fenômenos e mecanismos pelos quais a expansão e consolidação do capitalismo industrial implicavam uma lógica sistêmica de implantar relações de produção e forças produtivas características do capitalismo por todo o mundo. Faz parte desta lógica sistêmica do capital revolucionar os modos de produção pré-capitalistas onde quer que aporte. As formações sociais pré-capitalistas hoje existentes são numérica, histórica e politicamente sem maior significado. A existência de países com níveis diferentes de desenvolvimento socioeconômico não desmente a tese de Marx-Engels; pelo contrário, a confirma, significando isso que mesmo os países mais atrasados configuram formações sociais hegemonicamente capitalistas, isto é, tipificadas por relações de produção (exploração assalariada da mais-valia) e forças produtivas (aparato tecnológico-científico como base produtiva) capitalistas.

A consequência maior, e decisiva, que se tira desta constatação é a de que o mundo, como um conjunto articulado e interdependente, vive a era histórica da revolução socialista. Significa isso que a burguesia é inimiga do proletariado em todo e qualquer lugar do planeta, não cabendo, portanto, quaisquer alianças pseudorrevolucionárias com os detentores do capital onde quer que seja. É preciosa a síntese operada por Che: “Ou a revolução será socialista ou caricatura de revolução”. E a história, particularmente a do



século XX, demonstrou à custa do sangue do proletariado quão ilusórias e desastrosas são tais estratégias de “aliança com a burguesia nacional” e afins.

Não será ocioso insistir em que o conceito de era histórica da revolução socialista nada tem a ver com um hipotético fim das realidades compreendidas pelos conceitos marxistas de ciclo, de crise, de conjuntura – como discutido já neste Programa. E sendo as verdadeiras, e não caricaturais, as revoluções socialistas no nosso tempo, também não há qualquer sentido em se falar em uma revolução para operar uma “transição ao socialismo”, como queriam os mencheviques e continuam querendo os reformistas de vários naipes. “Transição ao socialismo” é uma coisa – errada; já transição ao comunismo é outra – correta, necessária e essencial à proposta marxista. Já no seu “Anti-Duhring”, Engels apontava para o caráter retrógrado e conciliador de estratégias que insistiam – com pretextos táticos, estratégicos e/ou programáticos – na necessidade estrutural de algum tipo de “transição”. E a revolução do nosso tempo, seja nos países avançados seja nos atrasados, só será socialista se inserir no rol das tarefas imediatas de seu programa a estatização da grande propriedade capitalista, na cidade e no campo, e a estruturação de um estado proletário como instrumento do exercício da ditadura do proletariado proposta por Marx.

2. Se a revolução é socialista, não há como contornar a conclusão inelutável de que é o proletariado (compreendido aí o proletariado rural e o exército industrial de reserva de que fala Marx no “O Capital”) a força motriz e hegemônica desta revolução e a de que a burguesia, nacional e/ou internacional, é o inimigo a ser derrotado como condição e pressuposto desta revolução. Neste quadro, é impensável qualquer aliança tática com o inimigo estratégico. É preciso, pois, que se tirem as consequências práticas necessárias da consideração do caráter socialista da revolução, caso contrário nos prenderíamos ao pantanoso terreno do academicismo pequeno-burguês. Condicionada, pois, pelas constatações programáticas e estratégicas, nossas alianças táticas não podem ultrapassar os portões da burguesia, restringindo-se portanto – desde que não comprometam o programa mas se façam instrumento do mesmo — a acordos



e alianças nas frentes concretas de luta com a pequena burguesia (urbana ou rural) cujas reivindicações e interesses estejam abertamente em choque com os da burguesia e que possam, por isso mesmo, enfraquecer e dividir o inimigo, sem que isso, insista-se, comprometa os interesses de curto, médio ou longo prazos do proletariado, quer em termos da consciência quanto da organização.

Por proletariado, este Programa entende o conjunto dos trabalhadores assalariados, urbanos e rurais, nos setores industriais e de serviços, em cujo núcleo se encontra o operariado – conforme definição de Marx em “O Capital”, que considera ainda como integrante do proletariado toda uma gama de trabalhadores não imediatamente em atividade, agrupados na denominação geral de “exército industrial de reserva”, que comporta até as vítimas do desemprego estrutural necessário à existência do capitalismo. Marx excluiu do seio do proletariado somente aqueles que, mesmo vítimas diretas ou indiretas do capital, aderem à ética burguesa – como ladrões e assaltantes, aos quais denomina lumpenproletariado.

O Brasil é um país essencialmente urbano, concentrando em cidades grandes e médias em atividades de produção e serviços mais de 80% de sua população. O campo brasileiro é igualmente capitalizado, com também mais de 80% do valor da produção agropecuária nacional advindo de relações de produção claramente capitalistas, como a maioria dos trabalhadores rurais recebendo salário nas grandes fazendas de trigo, soja, café, cana-de-açúcar, cítricos e de pecuária. Disso resulta que a estatização da propriedade agropecuária se inscreve já como item programático imediato. Uma proposta de distribuir terra e criar pequenas propriedades rurais no Brasil, enquanto eixo de um programa agrário da revolução socialista, é contraditória e antagônica à realidade concreta do campo brasileiro. Não passa de uma intromissão da ideologia pequeno-burguesa de apego à propriedade, de toda forma estruturalmente retrógrada e conservadora.

Assim, é no mínimo impróprio defender algo como uma “frente dos trabalhadores da cidade e do campo” como sujeito sócio-político da revolução brasileira, já que frentes estratégicas são feitas entre classes diferentes, e



assalariados produtores de mais-valia, estejam onde estiverem, no campo ou na cidade, são uma só e única classe.

Pode-se e se deve, isso sim, falar em uma aliança entre proletários e camponeses, entendendo-se estes últimos não como “moradores do campo” (termo absolutamente estranho ao conteúdo classista das análises marxistas), mas como a parcela de trabalhadores pequenos proprietários existente minoritariamente no campo, que mantém contradições com a própria grande burguesia que lhes ameaça progressivamente a existência enquanto pequenos proprietários. Programaticamente, devemos inscrever como tarefa a extinção da propriedade: imediatamente da grande propriedade e processualmente da pequena propriedade. Erguer a pequena propriedade, urbana ou rural, ao status de instituição socialista – como o faz, por exemplo, o MST – não faz mais que repetir a receita do “socialismo pequeno-burguês” identificado e repudiado por Marx e Engels de forma explícita no “Manifesto”.

A atual estratégia neoliberal do imperialismo – na realidade um conjunto de medidas de intensificação direta e indireta da exploração capitalista – em nada altera a marca da era histórica em que vivemos: a era da revolução socialista. Teses do tipo “fim da história” e “perda da centralidade do trabalho produtivo” sequer merecem ser tratados aqui: não passam de artimanhas do arsenal ideológico da burguesia. Que ongueiros e intelectuais pequeno-burgueses empunhem tais armas não pode parecer estranho para aqueles que sabemos que os inimigos do proletariado não se alinham apenas nas fileiras da burguesia.

3. O caráter mundial do capitalismo não implica uma hipotética lei histórica – aberta ou veladamente defendida por organizações trotskistas – de que a revolução socialista teria que ocorrer de maneira simultânea em todos os países do mundo (esta, sua versão mais caricatural) ou em um mesmo processo ininterrupto de revoluções em um país após outro em um mesmo quadro conjuntural – sabendo-se, repetimos, que o conceito de conjuntura não existe no arsenal metodológico do trotskismo. Tal absurdo trotskista não leva em consideração que o capitalismo só existe enquanto materializado em



formações sociais concretas com suas especificidades: nível de consciência do proletariado, correlação de forças burguesia x proletariado, situação econômica de cada formação social etc.

Em primeiro lugar, é preciso ter claro que o caráter mundial do capitalismo – nem ontem na fase liberal, nem hoje na fase imperialista – não exige nem configura o fim das sociedades e dos estados burgueses nacionais. Sociedades e estados burgueses socialmente diferenciados e politicamente soberanos são produtos da história, portanto das lutas de classes – incluídas aí lutas de classes interburguesas. Supor o desaparecimento das sociedades-estados nacionais é igualmente supor o fim das contradições interburguesas; é adotar a proposta kautskista (uma das bases teóricas do reformismo clássico que “decretou” o fim da era das revoluções e sustentou a estratégia de conciliação de classes da II Internacional) do “superimperialismo”, em que estariam superadas as contradições interburguesas e, por extensão, entre as nações burguesas ou, em outras palavras, internacionais. Lênin contestou duramente tal posição, defendendo a tese de que o imperialismo, se de fato exclui a livre concorrência, não exclui a concorrência entre os monopólios. E é esta feroz concorrência entre monopólios que explica a necessidade que tem a burguesia de estruturar estados nacionais fortes e bem armados. Se se atentasse para este fato talvez se compreendesse o profundo sentido da formulação de Marx de que “o proletariado não tem pátria”; a burguesia, sim, tem pátria, precisa de pátria e não sobrevive sem pátria.

A razão de fundo, molecular, da necessidade do estado-sociedade nacional (ideologicamente: pátria) está em que, como explicitou Engels em posfácio a “O Capital”, a existência de uma taxa média internacional de lucro impõe como fator estruturante do capitalismo a necessidade de os monopólios se valerem do poder de fogo de estados nacionais para, escudados em última instância na força, abocanharem fatias maiores do montante mundial de lucros; inclusive, destaque-se, frente a outra lei inexorável do capitalismo: a tendência à queda da taxa de lucro, descoberta por Marx e por ele identificada enquanto tal. À tese kautskista-reformista do supe-



rimperialismo, preferimos portanto a tese leninista da concorrência entre monopólios, sintetizada por August Thalheimer no conceito de cooperação antagônica. Ao lado desta estruturalidade do estado nacional burguês devemos agregar outro elemento, dinâmico, da configuração das sociedades-estados nacionais: a luta do proletariado contra a burguesia como elemento histórico da configuração dos diferentes estados nações.

Este Programa parte das considerações acima para discutir a questão da “revolução em um só país” e se posicionar diante dela. Preliminarmente, tomemos a definição de revolução socialista tendo como ato inicial a tomada do poder pelo proletariado e a instalação de um estado proletário no lugar do estado burguês e a estatização da grande propriedade burguesa como realizações configuradoras do caráter socialista desta revolução. A partir daí abre-se um período de transição revolucionária ao comunismo, período em que se devem cumprir as metas históricas da extinção da pequena propriedade produtiva e de serviços (urbana e rural) e da divisão social do trabalho. A duração deste período é absolutamente imprevisível: vai depender das lutas de classe nos planos nacional e internacional.

Será útil dissipar aqui uma dúvida a respeito da autoria da proposta da possibilidade de se instalar o socialismo em um só país. Atribuída falsamente pelo trotskismo a Stalin, a palavra-de ordem foi defendida bem antes por Lênin, em 1915, em seu folheto “Sobre a palavra-de ordem dos Estados Unidos da Europa”, e também posteriormente no texto “A questão militar na revolução proletária”. Marx abordara o tema no prefácio à primeira edição russa do “Manifesto”, em 1882, defendendo a hipótese de uma revolução socialista na Rússia como estopim de uma onda revolucionária na Europa. Fazemos aqui estas referências – ainda que genéricas – apenas para limpar o terreno de modo a evitar abordagens centradas no espírito de seita.

O que mais interessa enfatizar, de fato, é que este Programa defende a tese da possibilidade teórica e histórica de se fazer uma revolução socialista em um só país, ancorado sobretudo nas considerações anteriores sobre a natureza e origem do estado estado-nação (sinônimo de país) e nas conceituações



da dialética da história. A manutenção do poder proletário vai depender de sua capacitação política e militar de neutralizar as investidas internas e externas da burguesia e da pequena burguesia. Concretamente, sustentamos que no interior de uma mesma crise capitalista – de natureza mundial, todos concordamos – os trabalhadores de vários países ou de um só país podem fazer a revolução, ao passo que o proletariado de um outro país pode ser derrotado ou sequer se postar para um embate final contra a burguesia. Sustentamos ainda que, superada a crise capitalista (não existe crise final permanente ou agonia ‘mortal do capitalismo’, insistimos), este país socialista poderá se manter enquanto tal a depender de sua capacidade econômica, política e militar de se defender dos inevitáveis ataques do capitalismo em todas as formas possíveis e conhecidas (bloqueio econômico internacional, intervenção militar direta, ações terroristas internas, sabotagem energética etc.).

Sustentamos igualmente ser dever elementar deste país socialista apoiar, reforçar ou mesmo desencadear processos revolucionários onde quer que seja, desde que observadas as condições conjunturais que, inclusive, determinarão o conteúdo concreto desta tarefa imposta pelo princípio da solidariedade internacional de classe, do internacionalismo proletário. Entendemos, ainda, que a organização internacional dos trabalhadores não deve ser objeto de hegemonia de países ou partidos, mas expressar a livre associação de partidos autônomos. Este Programa sustenta firmemente não ser necessária uma onda ininterrupta ou permanente de revoluções em outros países como condição de sobrevivência do socialismo neste país no curto, médio ou longo prazos. E o Brasil, acrescente-se, ostenta condições econômicas e sociais (parque industrial moderno, proletariado numeroso, urbanização etc.) incomparavelmente superiores para a realização da revolução e para a sustentação do socialismo do que a Rússia, China, Cuba ou demais países onde o proletariado tenha tomado o poder. O que não nos autoriza supor que seja mais fácil ao proletariado e sua vanguarda tomar o poder no Brasil.

Julgamos dispensável estendermo-nos aqui na consideração de que a instauração da sociedade comunista, de fato, é uma meta que só se concre-



tizará em nível mundial, dado que, elementarmente, o comunismo supõe a ausência do estado, inclusive do estado socialista, o que é impensável frente a existência de estados capitalistas. Existindo estado, acrescenta-se, está-se diante de um quadro de sobrevivência da divisão social do trabalho, instituição incompatível com a configuração de uma sociedade comunista.

B) FATORES SUBJETIVOS

1. Em 1859, ao fazer um balanço das conclusões gerais a que chegara em seus estudos até então desenvolvidos no campo da ciência histórica, Marx deu destaque à conclusão de que de tempos em tempos as sociedades se defrontam com a contradição entre um determinado nível do desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção (relações que os homens mantêm entre si no processo produtivo), figurando estas como inadequadas e obsoletas frente àquelas forças. Mas, destaca Marx, a solução desta contradição vai depender da capacidade e disposição dos homens (classes sociais) em resolvê-la. Em síntese: **revoluções não acontecem; revoluções são feitas.** E os “homens” a que se refere Marx são, obviamente com dissemos, classes sociais. Por disposição e capacidade entendam-se consciência, organização, força.

Sendo a revolução do nosso tempo a revolução socialista, tem a mesma como pressuposto subjetivo a existência de um proletariado (ou parte significativa deste) consciente de seu papel histórico e organizado para desempenhá-lo. Como consciência e organização não ocorrem em espaços vazios, elas só podem ser concretamente pensadas e realizadas em contraposição ao seu par dialético antagônico: a consciência e a organização burguesas. É nesta dialética, materialista, que este Programa entende o conceito de proletariado independente e o defende e o propõe como fator essencial à revolução socialista. Insistimos em que não estamos falando de uma meta abstrata, mas sim de uma meta estratégica que determina nossa tática e nossa prática do dia a dia. Uma política só será, portanto, proletária e socialista se sua prática concreta e cotidiana contribuir para a



consciência e organização independentes do proletariado. Não basta ter os olhos no socialismo e na revolução; é preciso ter os pés no socialismo e na revolução, e não no lodaçal da democracia e de suas instituições.

É óbvio, evidente e indiscutível que, mesmo diante do tempo histórico da revolução – o tempo da contradição entre relações de produção e forças produtivas –, não se faz a revolução na hora que se quiser, no dia que se quiser. A revolução, como já discutimos, exige a existência de fatores objetivos, entre os quais e principalmente figura a crise de dominação política da burguesia, provocada em última instância pelas crises cíclicas econômicas estudadas por Marx. Mas a formulação da meta estratégica da formação de um proletariado independente joga por terra a esfarrapada desculpa de reformistas e social-democratas de todos os tempos, os quais, alegando impossibilidade do assalto imediato ao poder, se perdem em práticas de reforço da ideologia e das instituições da burguesia. Ora, este dia do assalto ao poder só chegará se o cenário histórico-político contar com seu sujeito principal: um proletariado independente. E não será, certamente, reforçando a organização e a ideologia burguesas hoje que formaremos este proletariado.

2. Sabe-se que a consciência e a organização independentes do proletariado não brotam espontaneamente das suas lutas parciais. Constitui a maior contribuição teórica de Lênin à revolução socialista a proposição da necessidade da existência de uma vanguarda do proletariado como parte constitutiva do próprio processo de formação deste proletariado independente – que Marx chamara de classe para si. Lênin chegou a afirmar, com todas as letras, que a luta sindical em si, entendida nos limites da busca imediata por melhores condições de vida no interior do capitalismo, era uma luta ainda burguesa. Mas é no interior desta luta, no fogo desta luta, que as bases deste partido têm que ser construídas, organizando na perspectiva revolucionária os quadros mais destacados da luta proletária, os mais combativos e mais conscientes, de forma a capacitá-los a extrair os melhores frutos organizatórios e ideológicos desta luta, e simultaneamente, a apontar os



caminhos do avanço da luta nos momentos decisivos dos embates de classe.

Este partido revolucionário do proletariado não existe no Brasil. Construí-lo, pois, constitui meta estratégica. A esquerda brasileira vive um período marcado pela hegemonia de três grandes blocos não revolucionários: o trotskismo, o reformismo clássico e o neoreformismo gramsciano – caracterizado este como um programa e uma estratégia reformistas que, diferentemente do reformismo clássico, apregoa a necessidade de o proletariado obter um domínio cultural (a que chama de “hegemonia”) através da conquista dos aparatos culturais e ideológicos da burguesia e/ou construindo aparatos próprios como pré-condição para a chegada do proletariado ao poder. Com a derrota do chamado socialismo real (bloco soviético e aliados), escancarada a fragilidade do reformismo clássico, a pequena burguesia buscou – e encontrou! – refúgio nas propostas especulativas, antidialéticas e antimaterialistas de Antonio Gramsci, propostas que, a pretexto de constituir novidade, não mais que retomam o reformismo através do artifício de uma roupagem nova.

Além destes três maiores blocos há ainda organizações em trânsito de um lado para outro.

O balanço histórico que podemos inferir da constatação desta configuração é que a ditadura militar instalada pelo golpe de 1964 foi amplamente vitoriosa em seu objetivo fundamental de impedir o avanço e a consolidação do comunismo marxista no país. Hoje, as organizações comunistas marxistas existentes no país são pequenas e pouco conhecidas, como o próprio **MM5**. Daí, a nossa enorme responsabilidade. Sem nenhum receio pequeno-burguês da hipocrisia da falsa modéstia, temos que ter sempre presente na nossa teoria e na nossa militância que são as nossas posições teóricas, programáticas e estratégicas, contidas neste programa, as únicas capazes – exatamente por serem as únicas posições marxistas ortodoxas consolidadas no cenário da esquerda do país – de orientar a luta do proletariado para o caminho da revolução socialista e do comunismo.

Como recomenda o leninismo, não apenas podemos, como necessariamente devemos fazer hoje alianças pontuais nas frentes concretas de luta



com quaisquer grupos, partidos e organizações de esquerda, desde que tais alianças contribuam para o avanço das lutas, para o nosso fortalecimento e para o acúmulo de forças revolucionárias. Mas temos que ser absolutamente claros: não estamos autorizados por este Programa a fazermos alianças políticas (programáticas, estratégicas e/ou táticas) com nenhum grupo, organização ou partido destes blocos de esquerda existente hoje no país. Se nós, marxistas, não entendermos esta questão assim, com tal radicalidade, não teremos razão de existir enquanto militantes, enquanto marxistas: o próprio **MM5**, por consequência, não teria razão de existir.

Este Programa insiste em que o partido revolucionário do proletariado, a se coesionar em torno das posições do marxismo ortodoxo, não existe no país. Qualquer organização da esquerda que se considere hoje o partido revolucionário do proletariado brasileiro estará, portanto, assumindo uma postura de seita, própria de quem não está disposto a submeter sua teoria e sua ação ao critério da prática, no caso a prática da unificação das lutas concretas do proletariado. E esta postura de seita só atrasará e dificultará a construção do partido revolucionário neste país – ou em qualquer lugar.

Mas que fique claro: este Programa não compartilha – pelo contrário, as condena firme e veementemente – as posturas pequeno burguesas, muitas vezes presentes até em sindicatos proletários, de desqualificação histórica da necessidade e legitimidade da esquerda. Este obreirismo, basista, é muito útil à burguesia, à contrarrevolução. O fato de não constituir um partido detentor da exigência mínima de representatividade no seio do proletariado não torna a esquerda prejudicial à luta do proletariado; mais que isso, não a torna dispensável a esta luta. Uma esquerda tem em princípio toda a legitimidade de buscar encaminhar linhas e propostas ao movimento através dos sindicatos e organizações dos trabalhadores; tem em princípio todo direito de buscar fazer sua linha política dominante no movimento proletário e em suas organizações e sindicatos. Excetuadas, é claro, as práticas de aparelhagem e de atropelo ao próprio movimento – tema que não consideramos necessário aprofundar aqui dada a sua obviedade e o exagero maliciosamen-



te inserido na identificação de tais práticas por aquela ideologia fascistóide pequeno-burguesa antiesquerda. Que fique claro: nossa crítica aos campos dominantes da esquerda brasileira se deve a seu caráter essencialmente antimarxista. Daí, sua inconsequência. Daí, sua natureza pequeno-burguesa.

3. Este Programa, enquanto um programa político, adota a estratégia da insurreição proletária como **ato** da tomada do poder, derrubada da burguesia e passo inicial para a instalação da ditadura do proletariado em substituição ao estado burguês e suas instituições. Alinhada no espaço dos fatores subjetivos da revolução, a insurreição proletária – com epicentro nos grandes conglomerados urbanos, que é onde se concentra o poder político-militar da burguesia – resume e concentra, enquanto **marco estratégico**, em sua própria proposição a mais nítida e definitiva linha demarcatória entre um programa revolucionário e os programas reformistas, os quais em sua essência propõem e defendem, quando muito, não mais que uma chegada do proletariado ao poder através de um longo e pacífico processo de reformas no estado e na sociedade burgueses. O levante insurrecional supõe, nas palavras de Lênin, uma crise revolucionária em que “os de cima não podem mais viver à maneira antiga e os de baixo não querem mais viver à maneira antiga”, ou seja, uma situação conjuntural de crise aguda da dominação burguesa somada à existência de um proletariado capacitado política, organizatória, ideológica e militarmente para assaltar o poder burguês e disposto a fazê-lo.

4. A História registra situações concretas em que a perda da capacidade de dominar da burguesia não correspondeu a capacidade-disposição por parte do proletariado em assaltar diretamente o poder, destruir o aparato político-militar burguês (poderes executivo, legislativo e judiciário, forças armadas etc.) e montar seu próprio estado. São períodos curtos, marcados pela situação de duplo poder. É nestas situações que este Programa propõe a alternativa de um Governo Revolucionário dos Trabalhadores (GRT), evidentemente nucleado em um poder executivo central encarregado de propor e implantar medidas



políticas de radicalização das lutas de classe em direção à instalação da ditadura do proletariado. É neste espaço que surgirá a necessidade da fixação de uma plataforma sintética como norteadora da ação deste governo revolucionário e, também, como critério de participação do partido revolucionário no mesmo. É impossível hoje, de antemão, estabelecer que medidas constarão desta pauta reivindicatória, que medidas serão concretamente capazes de radicalizar as lutas de classes em direção à ditadura do proletariado.

Enfatize-se, contudo, que tais medidas terão de portar um conteúdo fundamentalmente político, isto é, têm que ser indutoras, sem quaisquer outras mediações, ao enfraquecimento do poder político da burguesia e ao fortalecimento e/ou criação de aparatos do poder político-militar do proletariado. É preciso ficarmos muito atentos à arapuca do economicismo mecanicista, segundo o qual a burguesia não poderia conceder tal ou qual reivindicação econômica; não é isto que estará em jogo: é o poder político que estará em jogo. É preciso evitar a formulação de programas mínimos longos (há aí também o perigo de uma mortal perda de tempo), ou de “transição”, que acabariam por jogar a criação revolucionária do estado proletário para um dia que, desta forma, seguramente jamais virá. Uma coisa – correta e necessária – é fixarmos hoje uma plataforma de lutas para a unificação do movimento dos trabalhadores; outra – equivocada e economicista – é querer fixar hoje as medidas específicas de um programa de um GRT, cuja tarefa não é construir o socialismo, mas radicalizar as lutas de classe no sentido da instalação da ditadura do proletariado.

Este Programa faz aqui um importante destaque: a emergência de uma situação de crise revolucionária que implique a necessidade-possibilidade da instalação de um GRT é apenas uma eventualidade histórica para a qual temos que estar preparados, uma eventualidade de o proletariado não estar preparado política, organizatória e militarmente para montar seu estado sobre os escombros do estado burguês. Do ponto de vista estrutural, não há, pois, que se falar na necessidade de qualquer tipo de transição, de qualquer tipo de governo de transição. Nossa propaganda, que também expressa nossas estratégias e táticas, é a da meta programática do estado proletário, da ditadura do proletariado.



5. Este Programa sustenta, por fim, que a ditadura do proletariado deve-se estruturar enquanto ditadura **do** proletariado, e **não em nome do proletariado**. Retornamos a Marx para defender a palavra de ordem programática de um poder direto dos trabalhadores diretos.

Propõe este Programa a necessidade da criação de uma estrutura nacional (com ramificações regionais e locais) de poder proletário a partir da eleição de proletários por proletários, sem representação, voto e representatividade de pequenos burgueses.

Defende este Programa que, na sociedade socialista da ditadura do proletariado, o partido revolucionário não é órgão estatal, não é organismo de poder. Montado o estado proletário e instalada a ditadura do proletariado, ao partido compete o papel histórico – absolutamente imprescindível – de vanguarda política e teórico-ideológica do proletariado. Por suposto, esta sociedade socialista descarta a convivência com partidos pequeno-burgueses, visto que o inimigo do proletariado na trajetória para o comunismo são exatamente a pequena burguesia intelectual e a pequena burguesia proprietária (urbana e rural), que certamente buscarão sabotar de forma permanente o processo socialista revolucionário de extinção da divisão social do trabalho (trabalho intelectual x trabalho manual) e da pequena propriedade. Com a vigência do progressivo igualitarismo real na sociedade socialista revolucionária, também progressivamente a pequena burguesia deixará de ser uma classe privilegiada, como o é no capitalismo.

Este Programa vê, pois, na extinção da divisão social do trabalho e da pequena propriedade a tarefa sócio-histórica central na direção à sociedade sem classes, ao comunismo.

O estado proletário não pode se fraturar, sob pena de perder a estabilidade necessária à sua tarefa histórica. No capitalismo, o papel do estado na reprodutibilidade econômica do sistema é mediatizada (já que a propriedade produtiva é privada), embora indispensável. No socialismo, o papel do estado na reprodutibilidade do sistema (no caso, dialética, já que opera historicamente na linha de sua própria extinção no mesmo processo de construção



das bases materiais, sociais e ideológicas do comunismo) é fundamental e imediato, dado o caráter estatal dos meios de produção. É nesta linha que este Programa defende e adota o princípio do partido único na ditadura do proletariado – o partido revolucionário do proletariado, leninista.

Partidos burgueses? Bem, programaticamente não haverá partidos burgueses no socialismo pela elementar razão de que não haverá burguesia no socialismo, a não ser em fases iniciais específicas e sob rígido controle do estado proletário. Destruir a burguesia enquanto classe através da estatização da sua propriedade é tarefa essencial da revolução, cujo cumprimento configura uma das bases estruturantes do próprio socialismo marxista.

Venceremos!

MOVIMENTO MARXISTA 5 DE MAIO-MM5

Abril/2022.

“Toda uma trajetória de ampliação e amadurecimento teórico-político do MM5 levou a que este – a princípio um movimento de ampliação da OMP – viesse a se constituir no que concretamente é hoje: uma organização revolucionária de vanguarda e, enquanto tal, alicerçada no marxismo leninismo”

mmarxista5.org